Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Maio/2016 a Abril/2017

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

3.578.291,93

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	861.150,67	-
Pessoal Ativo	861.150,67	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	861.150,67	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIIb)	861.150,67	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	66.264.665,33	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	1,30	
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6%	3.975.879,92	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,7%	3.777.085,92	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Mai/2017, 14h e 12m.

LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 5,4%

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Martinópolis, 12 de maio de 2017.

MARCOS X. DE A. PASSOS JÚNIOR

Presidente

CRISTIAN CLAY AZEVEDO
Contador

THÁLITA AGANTE FERNANDES

Coordenadora da UCI